

DÍVIDA EXTERNA

Atraso com bancos é de US\$ 10 bilhões

São parcelas de juros semestrais que o governo espera negociar a partir de outubro

BRASÍLIA — É de US\$ 2,1 bilhões a parcela de juros devida aos bancos privados a vencer no sábado, dia 15, e que não deverá ser paga pelo Brasil. Com isso, os juros em atraso com os bancos credores somarão cerca de US\$ 10 bilhões e a intenção do governo brasileiro é de levar todo esse passivo para ser acertado em negociações a partir de outubro. Somando-se aos atrasados com o Clube de Paris, de pouco mais da US\$ 2 bilhões, os juros em atraso do Brasil ultrapassaram US\$ 12 bilhões.

O vencimento do dia 15 é relativo à parcela de juros que deveria ser paga semestralmente. O primeiro atraso semestral ocorreu em setembro do ano passado e o segundo no dia 15 de março, data da posse do novo governo.

Desde junho do ano passado, contudo, o Brasil não vem pagando aos bancos credores e amortizando apenas parcelas ao Clube de Paris — pouco mais de US\$ 500 milhões este ano. O Brasil só vem pagando em dia os débitos com o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os compromissos do Brasil com o Clube de Paris este ano somam US\$ 4,9 bilhões. Foram pagos, até agora, cerca de US\$ 500 milhões e há atraso de outros US\$ 2 bilhões. Até o final do ano vencem compromissos de cerca de US\$ 2,5 bilhões. É por isso que o governo brasileiro quer iniciar imediatamente as negociações com o Clube de Paris para tentar um reescalonamento dos juros e do principal da dívida. Sem um acerto para esses débitos, o País terá de acumular novos atrasos até o final do ano.

De acordo com fontes do Banco Central e do Ministério da Economia, os juros em atraso

deverão ser pagos no contexto de uma negociação. Experiências passadas mostram que os juros atrasados acabam sendo capitalizados no conjunto de uma negociação com os banqueiros, apesar das pressões que sempre existem para que o País gaste suas reservas para saldar pelo menos parte dos débitos vencidos.

De acordo com as mesmas fontes, o canal de negociação a ser utilizado pelo Brasil deverá ser o comitê assessor de bancos, mas ampliado em número de representantes, atualmente de 14 bancos. Segundo fontes do Banco Central, algumas instituições que hoje não participam do comitê, como o Banco Nacional de Paris, estão interessadas em integrá-lo. A ampliação do comitê deve ser negociada no final deste mês, durante a reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) onde estarão presentes os dirigentes dos maiores bancos credores do País.